

Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2022 - PMB

**TIPO: Menor Preço Unitário** 

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 016/2022

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08/06/2022 às 09h30min

**DATA DE EMISSÃO: 05/05/2022** 

ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Saúde.

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS, NOS TERMOS DO ART. 48 DA LEI FEDERAL 123/2006, LEI COMPLEMENTAR 147/2014.

**O Município de Braúnas, Estado de Minas Gerais**, com endereço na Rua São Bento, nº 401, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o Nº 18.307.389/0001-88, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor *JOVANI DUARTE MENEZES*, e o Chefe da Divisão de Compras, Licitação, Patrimônio e Serviços Gerais, Josué Carlos Santana, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, do Decreto Municipal nº 043/2020 e da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, fará realizar licitação na modalidade **Pregão Presencial para Registro de Preços,** com julgamento pelo **Menor Preço**, a fim de selecionar proposta para Registro de Preços objetivando aquisição parcelada de medicamentos éticos e manipulados, para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, com recursos próprios, conforme condição que trata o objeto, mediante as condições estabelecidas neste edital e seus anexos

## 1 - RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES "PROPOSTA" E "DOCUMENTAÇÃO":

LOCAL: Sala de Reuniões da Comissão do Pregão, situada na Rua São Bento, nº 421 Centro – Braúnas/MG, ao lado do prédio da Prefeitura Municipal.

DIA: 08 de junho de 2022 HORÁRIO: 09h30min

- 1.1. No local indicado, serão realizados os procedimentos pertinentes a este Pregão, com respeito ao (à):
- 1.1.1. credenciamento dos representantes legais das licitantes interessadas em participar deste Pregão, que deverão trazer, no caso de representante da empresa, Carta de Preposto e documento de identificação com foto, e, no caso de proprietário da empresa, contrato social e documento de identificação com foto, conforme item 06 (seis) do edital e ainda trazer uma declaração de que a empresa está com toda documentação em dia para a devida habilitação, conforme anexo III deste Edital. Os documentos de credenciamento deverão ser autenticados ou vir acompanhados dos originais para autenticação pelo Pregoeiro e/ou equipe de apoio.
- 1.1.1.1. No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte, para efeitos da LC 123/2006 e LC 147/2014, apresentar declaração constante do **Anexo VII** deste edital fora do envelope de nº 01 "Proposta" e nº 02 "Documentação".
- 1.1.1.2. A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa prevista na Lei 8.666/93.



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



Obs: Os documentos solicitados acima deverão ser apresentados fora dos envelopes proposta de preço e habilitação.

- 1.1.2. recebimento da declaração de habilitação e dos envelopes "Proposta" e "Documentação";
- 1.1.3. abertura dos envelopes "Proposta" e exame da conformidade das propostas;
- 1.1.4. divulgação das licitantes classificadas e das desclassificadas;
- 1.1.5. condução dos trabalhos relativos aos lances verbais:
- 1.1.6. abertura do envelope "Documentação" da licitante detentora do menor preço e exame da habilitação;
- 1.1.7. outros que se fizerem necessários à realização deste Pregão.
- 1.2. As decisões do Pregoeiro serão comunicadas diretamente aos interessados, durante a sessão, lavradas em ata, ou ainda a critério do Pregoeiro, por intermédio de ofício, com comprovação de seu recebimento. O resultado final do certame será também divulgado mediante publicação de aviso no Diário Oficial dos Municípios da AMM.
- 1.3. A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito de Condições do Edital e de outros assuntos relacionados à presente licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, por escrito até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste Instrumento convocatório para a reunião de recebimento e abertura dos envelopes "Proposta" e "Documentação".

#### 2 - DO OBJETO:

2.1. A presente licitação tem como objeto o registro de preços visando a eventual e futura aquisição parcelada de medicamentos éticos e manipulados, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Braúnas/MG, com recursos próprios, conforme especificações descritas no Anexo I, que faz parte integrante deste Edital.

# 3 - DA PARTICIPAÇÃO:

- 3.1. No presente processo licitatório somente poderão participar as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparadas, utilizando-se como fundamento a Lei Complementar 123 em seu artigo 48, inciso I e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 147/2014:
- 3.1.1. A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição, e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.
- 3.2. Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação, que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

#### 4 - DOS IMPEDIMENTOS:

- 4.1. Não poderão concorrer neste Pregão:
- 4.1.1. empresas que estejam suspensas de participar de licitação realizada pela Prefeitura Municipal de Braúnas;
- 4.1.2. empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição.



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



- 4.1.3. Empresas que não comprovem enquadramento como microempresas ou empresas de pequeno porte.
- 4.2. cada representante poderá entregar apenas os envelopes de documentação e proposta da empresa que representa.

#### 5 - DO PROCEDIMENTO:

- 5.1. No dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, serão recebidos os credenciamentos e aberta pelo Pregoeiro a sessão pública, destinada ao recebimento da declaração de habilitação e ao recebimento e abertura dos envelopes "Proposta" e "Documentação".
- 5.2. Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante:
- a) retardatária, a não ser como ouvinte;
- b) que não apresentar a declaração de habilitação.
- 5.2.1. Serão aplicadas as penalidades previstas neste edital à licitante que fizer declaração falsa.
- 5.3. No horário indicado para início do Pregão, pretendendo a licitante credenciar representante, deverá apresentar o Pregoeiro documento comprovando que esse possui poderes para a formulação de propostas e para prática de todos os demais atos relativos a este Pregão.
- 5.3.1. Somente poderá participar da fase de lances verbais o representante legal da licitante, presente ao evento, devidamente credenciado.
- 5.4. No mesmo ato, o Pregoeiro receberá a declaração de habilitação e os envelopes "Proposta" e "Documentação", em separado, procedendo, em seguida, a abertura dos envelopes "Proposta" e aos seguintes procedimentos:
- 5.4.1. exame de conformidade da proposta, consistindo em conferência, análise e classificação das propostas em confronto com o objeto e exigências deste Edital;
- 5.4.2. classificação da proposta escrita de menor preço e daquelas apresentadas com valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), em relação ao menor preço; ou
- 5.4.3. seleção das melhores propostas, até o máximo de três, quaisquer que sejam os preços ofertados, quando não verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior;
- 5.4.3.1. Havendo empate no terceiro valor, serão selecionadas todas as licitantes que tenham ofertado o mesmo preço;
- 5.4.4. Colocação das propostas em ordem crescente de preço cotado, para que os representantes legais das licitantes participem da etapa competitiva, por meio de lances verbais;
- 5.4.5. início da etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de modo sucessivo, em valores distintos e decrescentes.

Observação: Uma vez iniciada a abertura do envelope "Proposta", não serão permitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado final deste Pregão, ressalvado o disposto na Condição 8.2.

5.5. Classificadas as propostas, e uma vez iniciada a etapa competitiva, o Pregoeiro convidará individualmente os representantes legais das licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da licitante detentora da proposta de maior preço e as demais, em ordem



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



decrescente de preços ofertados.

- 5.5.1. a desclassificação da proposta da licitante importará na preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais;
- 5.5.2. após a fase de classificação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.6. Caberá ao Pregoeiro, ainda, como parte das atribuições que lhe competem durante a realização deste Pregão:
- 5.6.1. conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- 5.6.2. examinar a aceitabilidade da proposta ou do lance de menor preço, quanto ao objeto e valor, decidindo, motivadamente, a respeito da escolha que vier a ser adotada;
- 5.6.3. adjudicar o objeto deste Pregão à licitante vencedora, detentora da proposta considerada como a mais vantajosa para a Prefeitura Municipal de Braúnas, após constatado o atendimento das exigências deste Edital:
- 5.6.4. receber, examinar e instruir os recursos contra suas decisões, relativamente a este Pregão.
- 5.7. Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes "Proposta" e "Documentação" em um único momento, ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.
- 5.8. Os envelopes não abertos e rubricados no fecho, obrigatoriamente, pelo Pregoeiro e pelos representantes legais das licitantes presentes, ficarão em poder do Pregoeiro e sob sua guarda até nova reunião, oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.
- 5.9. Qualquer reclamação a respeito deverá ser feita, no ato da reunião, pelos representantes legais das licitantes presentes. Não acolhida à reclamação, a matéria relativa ao procedimento pode ser objeto de recurso.
- 5.10. Todas as propostas e os documentos de habilitação serão rubricados, obrigatoriamente, pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes legais das licitantes presentes à sessão deste Pregão.
- 5.11. Ultrapassada a fase de análise das propostas e abertos os envelopes "Documentação", não caberá desclassificar as licitantes por motivo relacionado com a proposta, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 5.12. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta/documentação. Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.
- 5.13. A adjudicação deste Pregão e a homologação do seu objeto somente serão efetivadas, se não houver manifestação da licitante presente de sua intenção de interpor recurso, devidamente registrada em ata durante o transcurso da sessão do Pregão, caso em que, a adjudicação caberá ao Pregoeiro;
- 5.14. A abertura dos envelopes "Proposta" e "Documentação" será realizada sempre em sessão pública, devendo o Pregoeiro elaborar a ata circunstanciada da reunião, que deverá obrigatoriamente ser assinada por ela, pelos representantes das licitantes presentes e pelos membros da equipe de apoio que formularem parecer técnico sobre o julgamento deste Pregão, com relação às propostas e documentação.



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



- 5.15. Da ata relativa a este Pregão constarão os registros dos representantes credenciados das licitantes, da análise das propostas e dos documentos de habilitação, dos preços das propostas escritas e dos lances verbais apresentados, da manifestação da licitante de interpor recurso, sem prejuízo de outros registros entendidos necessários.
- 5.16. Após concluída a licitação e assinado o pertinente Contrato, os envelopes não abertos contendo a documentação das demais licitantes ficarão em posse do pregoeiro, à disposição das licitantes, pelo <u>período de 10 (dez) dias úteis</u>, após o que serão destruídos.

#### 6 - DO CREDENCIAMENTO:

- 6.1. O representante legal da licitante deverá, no horário indicado no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, munido da sua carteira de identidade, ou de outra equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a reunião de abertura dos envelopes "Proposta" e "Documentação" relativas a este Pregão.
- 6.1.1. Considera-se como representante legal qualquer pessoa habilitada pela licitante, mediante Estatuto/Contrato social, ou instrumento público/particular de procuração, ou documento equivalente.
- 6.2. Entende-se por documento credencial:
- a) Cópia do Registro Comercial no caso de empresa individual ou Estatuto/Contrato social, quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemelhada da empresa licitante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) Procuração ou documento equivalente da licitante com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste Pregão;
- 6.2.1. O documento deverá dar plenos poderes ao credenciado para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para praticar em nome da licitante todos os atos pertinentes a este Pregão;
- 6.2.2. Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante;
- 6.2.3. O representante legal da licitante que não se credenciar perante o Pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes "Proposta" ou "Documentação" relativos a este Pregão, nesse caso, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais e mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.
- 6.2.4. Para comprovar o direito em concorrer no Pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar nesta fase de credenciamento, sob sua inteira responsabilidade, declaração conforme anexo VII, de que sua empresa está enquadrada nesse segmento, ou de Certidão expedida pela Junta Comercial com data de emissão no ano de 2022.
- 6.2.5. Os documentos de credenciamento deverão vir autenticados ou deverão vir acompanhados dos originais para autenticação pelo Pregoeiro e/ou equipe de apoio.

#### 7- DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:

7.1. Até o dia, horário e local fixados no preâmbulo deste Edital, o representante legal de cada licitante deverá apresentar ao Pregoeiro, simultaneamente, além do credenciamento, declaração de habilitação e declaração de microempresa e/ou empresa de pequeno porte, se for o caso, a proposta escrita e a documentação, em envelopes separados, fechados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social da licitante, os seguintes dizeres:



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS/MG
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO COMPLETO DA LICITANTE
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA"
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022 - PMB
TELEFONE PARA CONTATO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS/MG
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO COMPLETO DA LICITANTE
ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022 - PMB
TELEFONE PARA CONTATO:

#### 8 - DA PROPOSTA - ENVELOPE Nº 01

- 8.1. A proposta deverá ser impressa e apresentada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, suas folhas devem estar rubricadas e a última assinada pelo seu representante legal, nome do proponente, número do CNPJ da Empresa, endereço. Deverão constar na proposta:
- a) Especificação dos bens, conforme descrições dos objetos contidos no **Termo de Referência** ANEXO I;
- b) Preço unitário e total, em moeda nacional;
- b.1). Em caso de divergência entre o preço por item e o total, prevalecerá o de menor preço, do mesmo modo que prevalecerá o valor expresso por extenso sobre o valor numérico.
- b.2). O Pregoeiro efetuará as correções necessárias no momento do lançamento para fins de julgamento dos lances.
- 8.2. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros, alterações essas que serão avaliadas pela autoridade competente da Prefeitura Municipal de Braúnas.
- 8.3. A simples participação neste certame implica em que:
- 8.3.1. Estão aceitas todas as condições estabelecidas neste Pregão;
- 8.3.2. A licitante vencedora compromete-se a efetuar as entregas, objeto desta licitação em total conformidade com as especificações da ordem de fornecimento e em conformidade com este Edital.
- 8.4 A Proposta Comercial deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 8.5. Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na Proposta Comercial, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.
- 8.6. Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.
- 8.7. As entregas serão de acordo com a necessidade da secretaria, observando ao que dispõe sendo que a Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano contados a partir de sua assinatura.



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



- 8.8. Caso de omissão na proposta, considerar-se-á que as suas especificações serão as que constam do objeto deste edital.
- 8.9. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, poderá ser solicitada prorrogação da validade das mesmas a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse desta Administração.
- 8.10. A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.

## 9 - DOS PREÇOS:

- 9.1. A licitante deverá indicar o preço unitário e o global da proposta, conforme PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS de que trata o Anexo II.
- 9.2. Somente serão aceitos preços cotados em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), com o limite de duas casas decimais depois da vírgula, em algarismos arábicos e, de preferência, também por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência. Nos preços cotados deverão estar inclusos os impostos, taxas, fretes e as despesas decorrentes do fornecimento, bem ainda, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.
- 9.3. A cotação apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será da exclusiva e total responsabilidade da licitante.

#### 10 - DOS PRAZOS:

- 10.1. A licitante vencedora ficará obrigada a fazer as entregas, conforme a necessidade e o interesse da Prefeitura Municipal de Braúnas, no prazo máximo de até 10 (dez) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pela Prefeitura Municipal de Braúnas.
- 10.2. A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento e abertura dos envelopes "Documentação" e "Proposta".
- 10.3. Caso os prazos estabelecidos nas Condições anteriores não estejam indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos pela licitante para efeito de julgamento.
- 10.4. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da Prefeitura Municipal de Braúnas, esta poderá solicitar prorrogação geral da validade acima referida, por igual prazo, no mínimo.
- 10.5. Decorridos 60 (sessenta) dias da data prevista para o recebimento e abertura dos envelopes "Proposta" e "Documentação", sem a solicitação ou a convocação para assinatura do contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

## 11 - DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS:

- 11.1. Para efeito de julgamento, não será aceita, sob qualquer título, oferta de outros valores que não sejam aqueles solicitados na PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, constante do Anexo II.
- 11.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 11.3. Não se admitirá proposta que apresentar preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Pregão não tenha estabelecido limites mínimos.
- 11.4. Ao Pregoeiro, além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da obediência às



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



Condições aqui estabelecidas e a decisão quanto a dúvidas ou a omissões deste Edital.

11.5. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Braúnas ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

## 12 - DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

- 12.1. Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 48, incisos I e II da Lei  $N^{\circ}$  8.666/93, as propostas que:
- 12.1.1. apresentarem preços excessivos ou com valor superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto;
- 12.1.2. não atenderem às exigências contidas neste Pregão.

# 13 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

- 13.1. Durante o julgamento e a análise das propostas, será verificada, preliminarmente, a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos neste Edital, devendo ser classificadas para a etapa competitiva, ou seja, fase de lances verbais, somente aquelas que atenderem plenamente a esses requisitos.
- 13.2. Após, o Pregoeiro classificará a licitante autora da proposta de menor preço por item e todas aquelas apresentadas com preços sucessivos e superiores em até 10% (dez) por cento, em relação ao menor preço ofertado, dispostos em ordem crescente, para que os representantes legais das licitantes participem da etapa de lances verbais.
- 13.3. Quando não forem identificadas, no mínimo, três propostas escritas, a partir do critério definido na Condição anterior, o Pregoeiro fará a classificação dos três menores preços sucessivos, em relação ao menor preço, em ordem crescente, quaisquer que sejam os valores ofertados, para que os representantes legais das licitantes participem, também, da etapa de lances verbais. Havendo empate no terceiro valor, serão convocadas todas as licitantes que tiverem ofertado o mesmo preço.
- 13.4. A licitante oferecerá lance verbal sobre os preços unitários ofertados.
- 13.5. Analisadas as propostas apresentadas e concluída a etapa de lances verbais, a classificação final farse-á pela ordem crescente dos preços.
- 13.6. Será considerada como mais vantajosa para a Prefeitura Municipal de Braúnas a oferta de menor preço, proposto e aceito, obtido na forma da condição anterior.
- 13.7. O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante detentora da proposta de menor preço, no sentido de que seja obtido melhor preço:
- 13.7.1. se não houver lances verbais e o menor preço estiver em desacordo com o estimado pela Administração da Prefeitura Municipal de Braúnas para o fornecimento;
- 13.7.2. mesmo após encerrada a etapa competitiva (ordenação das ofertas e exame quanto ao objeto e valor ofertado, à aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, ou seja, a de menor preço);
- 13.7.3. se não for aceita a proposta escrita de menor preço;
- 13.7.4. se a licitante detentora do menor preço desatender às exigências habilitatórias:
- a) Na ocorrência das situações previstas nos subitens 13.7.3 e 13.7.4, será examinada a oferta seguinte e a



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



sua aceitabilidade, procedida à habilitação da licitante que tiver formulado a proposta, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às condições deste Edital;

- b) na hipótese da alínea anterior, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido o melhor preço.
- 13.8. Verificado que a proposta de MENOR PREÇO atende às exigências fixadas neste Edital, quanto à proposta e à habilitação, será a respectiva licitante declarada vencedora do certame.
- 13.9. A licitante vencedora deverá apresentar, caso solicitado pelo Pregoeiro, no prazo de 48 horas, contado da data da reunião em que se divulgar o resultado do certame, a PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, adequando os preços unitários os por item ao novo valor proposto, sob pena de desclassificação.

#### 14 - DO DESEMPATE:

14.1. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, depois de observado o § 2º do art. 3º da Lei 8666, será efetuado sorteio em ato público, com a participação de todas as licitantes, observando ainda a Lei 123/06 e alterações.

#### 15 - DA DOCUMENTAÇÃO:

15.1. A licitante interessada em participar deste Pregão deverá apresentar a seguinte documentação:

## 15.1.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) Cédula de Identidade e CPF dos sócios;
- b) Registro Comercial, no caso de Empresa Individual;
- c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores:

<u>Obs.</u>: Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## 15.1.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. Lei 8666/93, art.29, Il com suas alterações posteriores.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

## 15.1.3. Relativa à Qualificação Econômico-financeira:

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com data de expedição de no máximo 60 (sessenta) dias;

#### 15.1.4 - Qualificação Técnica:

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação.

## 15.1.5. Outros documentos:

- a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação (anexo IV);
- b) Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93 (anexo V);
- c) Declaração de que não possui entre seus sócios e nem em seu quadro pessoal, funcionários com nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Braúnas (ver modelo no Anexo VI);
- d) no caso de distribuidora, apresentar autorização de funcionamento emitida pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) que a empresa armazena, distribui medicamentos do tipo especial (controlados), ou;
- e) no caso de Farmácia/Drogaria, apresentar Autorização de Funcionamento de Empresa AFE, emitida pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), devidamente publicada no DOU;
- f) Alvará Sanitário expedido pelo Órgão competente do local da sede da empresa participante;
- g) Certidão de Regularidade Técnica em nome do profissional farmacêutico responsável técnico pela empresa emitida pelo Conselho Regional de Farmácia, de acordo com a legislação vigente;
- 15.2. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:
- 15.2.1. em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, estando válidos na data de abertura da proposta, a exceção daqueles que não esteja expresso sua validade ou que se enquadrem nos itens 15.4. e 15.5. do edital:



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome e com o CNPJ da matriz;
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome e com o CNPJ da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 15.3. Os interessados poderão apresentar sua documentação através de cópias autenticadas. As cópias não autenticadas deverão vir acompanhadas dos respectivos originais para autenticação pela Comissão do Pregão. Não serão aceitos documentos em forma de "fax".
- 15.3.1. os documentos previstos neste edital poderão ser autenticados pelo Pregoeiro ou pela equipe de apoio, no ato da abertura do envelope de documentos ou mesmo antes de iniciar a sessão do pregão.
- 15.3.2. serão aceitas somente cópias legíveis;
- 15.3.3. não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;
- 15.3.4. o Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.
- 15.4. Para uso dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida neste Edital, ainda que tais documentos apresentem alguma restrição.
- 15.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de que trata o item 15.1.2, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da **declaração de vencedor** do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração do município de Braúnas, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão das respectivas certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.
- 15.6. A não-regularização da documentação no prazo previsto no item 15.5. implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

## 16 - DO JULGAMENTO E DA DESCLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS:

- 16.1. Após examinados e julgados os documentos apresentados para efeito de habilitação das licitantes, mediante confronto com as condições deste Edital, serão desqualificados e não aceitos aqueles que não atenderem às exigências aqui estabelecidas.
- 16.2. Quando todas as licitantes forem inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar-lhes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos escoimados das causas referidas no ato inabilitatório.
- 16.2.1. Serão exigidos para reapresentação apenas os documentos desqualificados e não aceitos;
- 16.2.2. As licitantes poderão abdicar do prazo estabelecido, de comum acordo.

## 17- DA ADJUDICAÇÃO:

17.1. O fornecimento correspondente ao objeto será adjudicado à licitante vencedora, depois de atendidas as Condições deste Edital.

#### 18 - DA ATA E VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

18.1. Homologada a presente licitação, a Prefeitura Municipal de Braúnas lavrará documento denominado



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com os preços das propostas classificadas em primeiro lugar, devidamente registrados, antecedente ao contrato de fornecimento destinado a subsidiar o Sistema de Controle de Registro de Preços, o qual terá validade de 01 (um) ano, a contar de sua lavratura.

- 18.2. A Ata de Registro de Preços será lavrada em 01 (uma) via devendo ser juntada ao processo que lhe deu origem.
- 18.3. A Ata de Registro de Preços poderá ser usada por todos os órgãos da Administração.

## 19 - CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 19.1. Lavrada a Ata de Registro de Preços respectiva, a licitante vencedora e o Município celebrarão contrato de expectativa de fornecimento, nos moldes da minuta constante do anexo X deste edital, quando assim a lei o exigir.
- 19.2. Se a licitante vencedora não comparecer no Setor de Licitações, a fim de assinar o contrato ou não entregar a nova proposta de preços com os preços reformulados, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após regularmente convocada, ou ainda, quando for o caso, deixar de apresentar o comprovante da prestação de garantia contratual, ensejará a aplicação da multa prevista no título **SANÇÕES** deste edital.
- 19.2.1. É facultado ao Pregoeiro, quando a convocada não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidos, chamar as licitantes remanescentes, obedecida à ordem de classificação, para fazê-lo, examinada, quanto ao objeto e valor ofertado, a aceitabilidade da proposta classificada, podendo, inclusive, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, ou revogar este Pregão, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.
- 19.3. Até a assinatura do contrato, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se o Município tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.
- 19.4. Ocorrendo à desclassificação da proposta da licitante vencedora por fatos referidos no item anterior, o Município poderá convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Complementar nº 123/06 e alterações.
- 19.5. O contrato a ser firmado em decorrência desta licitação poderá ser rescindido a qualquer tempo independente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos artigos 77 e 78, na forma do art. 79 da Lei Federal n° 8.666/93.
- 19.6. A associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, a cisão ou a incorporação, só serão admitidas quando apresentada à documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências e com o consentimento prévio e por escrito da Prefeitura Municipal de Braúnas e desde que não afete a boa execução do contrato.

## 20 - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

- 20.1. Os fornecimentos dos medicamentos serão acompanhados e fiscalizados pela Secretaria Municipal de Saúde, na condição de representante da Prefeitura Municipal de Braúnas, permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.
- 20.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado deverão ser solicitadas pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Braúnas, em tempo hábil para a adocão das medidas convenientes.
- 20.3. A licitante vencedora deverá manter preposto, aceito pela Administração da Prefeitura Municipal de Braúnas, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

#### 21 - DA DESPESA:



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



21.1. A despesa decorrente desta licitação correrá pela dotação orçamentária do orçamento de vigente ou por outra dotação do mesmo programa para orçamento vindouro:

02.05.02.10.301.0014.2036.3.3.90.30.00 - Ficha 156

#### 22 - DO PAGAMENTO:

- 22.1. O faturamento será feito mediante a entrega dos medicamentos, após a apresentação e aceitação da nota fiscal pela Secretaria Municipal de Saúde e o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, transcorrido o prazo necessário para tramitação na Coordenadoria Contábil e Orçamentária.
- 22.2. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação de recolhimento dos encargos previdenciários (INSS e FGTS).
- 22.3. O Município reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os medicamentos estiverem em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
- 22.4. O Município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Edital.
- 22.5. No caso de compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos, previsto no art. 40, Inciso XIV da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, será conforme cálculo contábil do setor de contabilidade do Município.
- 2.2.6. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

# 23 - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO:

- 23.1. No interesse da Administração da Prefeitura Municipal de Braúnas, o valor inicial atualizado do Contrato poderá ser aumentado ou suprimido ato o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no Artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei Nº 8.666/93.
- 23.2. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário;
- 23.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

## 24 - DAS PENALIDADES:

- 24.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Braúnas poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora, as sanções a seguir relacionadas:
- 24.1.1. advertência;
- 24.1.2. multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente;
- 24.1.3. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial.
- 24.2. Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Braúnas, pelo prazo de até 02 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

- 24.2.1. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;
- 24.2.2. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- 24.2.3. comportar-se de modo inidôneo;
- 24.2.4. fizer declaração falsa;
- 24.2.5. cometer fraude fiscal;
- 24.2.6. falhar ou fraudar na execução do Contrato.
- 24.3. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a licitante vencedora estará sujeita às penalidades tratadas neste Edital:
- 24.3.1. pela não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato;
- 24.3.2. pela recusa injustificada em assinar o contrato;
- 24.3.3. pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste Pregão.
- 24.4. Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Braúnas e, no que couber, às demais penalidades referidas na Lei Nº 8.666/93.
- 24.5. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração Municipal de Braúnas, em relação a um dos eventos arrolados na condição anterior, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 24.6. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Braúnas poderá ser aplicado à licitante vencedora juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

#### 25 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

- 25.1. Após a declaração do vencedor, durante a Sessão do Pregão, qualquer licitante poderá manifestar **imediata e motivadamente** a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na sala da Comissão de Pregão.
- 25.2. Se as razões do recurso forem apresentadas na Sessão do Pregão, estas serão reduzidas a termo na respectiva Ata, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da lavratura da Ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 25.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.
- 25.4. Os recursos deverão obedecer aos sequintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:
- 25.4.1. ser dirigido ao Prefeito Municipal, aos cuidados do Pregoeiro, no prazo de 03 (três) dias;
- 25.4.2. ser apresentado em uma via original, datilografada ou impressa, contendo razão social, CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo **representante legal ou credenciado** do licitante, **devidamente comprovado**;



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



- 25.4.3. ser protocolizado na Comissão de Pregão, Rua São Bento nº 421, Centro, CEP 35189-000, Braúnas, MG. Será aceito o envio digitalizado por email, devendo o original ser imediatamente encaminhado ao setor acima.
- 25.5. A Prefeitura não se responsabilizará por memoriais de recursos endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos da Comissão de Pregão e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.
- 25.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 25.7. Os recursos serão dirigidos à autoridade competente, por intermédio do Pregoeiro que, reconsiderando ou não sua decisão, o fará subir, devidamente informado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 25.8. os recursos serão decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis

## 26 - DA RESCISÃO:

- 26.1. Este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80, da mesma lei.
- 26.2. Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à licitante vencedora, esta entregará a documentação correspondente as entregas executadas que, se aceitos pela Fiscalização, serão pagos pelo Município, deduzidos os débitos existentes.

## 27 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:

- 27.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital, desde que encaminhada a Comissão do Pregão dentro do prazo estipulado no Decreto Federal nº 3.555/00.
- 27.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição interposta no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da data do recebimento da petição.
- 27.3. Quando acolhida à petição contra este Edital, será designada nova data para a realização deste Pregão.
- 27.4. A solicitação de esclarecimentos, de providências ou de impugnação deverá ser comunicada ao Pregoeiro, logo após ter sido protocolizada na Comissão do Pregão.
- 27.4.1. A impugnação deverá ser apresentada em uma via original, datilografada ou impressa, contendo razão social, CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas folhas e assinado pelo **representante legal ou credenciado** do licitante, **devidamente comprovado**.
- 27.4.2. a Impugnação deverá ser protocolizada na Comissão do Pregão, Rua São Bento nº 421, Centro, CEP 35189-000, Braúnas, MG. Será aceito o envio digitalizado por email, devendo o original ser imediatamente encaminhado ao setor acima.
- 27.5. A Prefeitura não se responsabilizará por memoriais de impugnações endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos da Comissão do Pregão e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.
- 27.6. A impugnação feita tempestivamente não impedirá a licitante de participar deste processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, caso a decisão sobre a petição não seja prolatada antes da data marcada para o recebimento e abertura dos envelopes "Proposta" e "Documentação".

#### 28 - DAS OBRIGAÇÕES



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



28.1. As obrigações do CONTRATANTE e da CONTRATADA são as constantes do Termo de Referência, Minuta da ARP e Minuta Contratual, partes integrantes deste edital.

## 29 - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

- 29.1. A licitante vencedora deverá citar em sua proposta, ou encaminhar posteriormente, o nome e o número do telefone, para possíveis contatos, da pessoa que ficará responsável pelo fornecimento do objeto deste Pregão.
- 29.1.1. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:
- Anexo I Termo de Referência Especificações;
- Anexo II Modelo de Planilha de Formação de Preços;
- Anexo III Modelo de Declaração de Habilitação;
- Anexo IV Modelo de Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
- Anexo V Modelo de Declaração que não emprega menores de 18 (dezoito) anos;
- Anexo VI Modelo de Declaração de que a Licitante não possui entre seus sócios e nem em seu quadro de funcionários, nenhum vínculo empregatício com o Município de Braúnas;
- Anexo VII Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo VIII Modelo de Procuração;
- Anexo IX -Minuta de Ata de Registro de Preços;
- Anexo X Minuta Contratual.
- 29.2. A critério da Prefeitura Municipal de Braúnas, este Pregão poderá:
- 29.2.1. ser anulado, se houver ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou
- 29.2.2. ser revogado, a juízo da Prefeitura Municipal de Braúnas, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou
- 29.3. ter sua data de abertura dos envelopes "Proposta" e "Documentação" transferida, por conveniência exclusiva da Prefeitura Municipal de Braúnas.
- 29.4. Será observado, ainda, quanto ao procedimento deste Pregão:
- 29.4.1 a anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei Nº 8.666/93;
- 29.4.2. a nulidade do procedimento licitatório induz a do Contrato, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na alínea anterior;
- 29.4.3. no caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 29.4.4. O desatendimento de exigências formais não-essenciais não importará no afastamento do proponente do certame, podendo o Pregoeiro, no interesse da Administração, relevar as falhas e omissões meramente formais por ele cometidas, desde que:
- a) sejam possíveis a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão;
- b) não se comprometa à lisura e o caráter competitivo da presente licitação;



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



- c) possam ser sanadas as falhas no prazo fixado pelo Pregoeiro, observado o disposto no item 5.19. deste Edital.
- 29.4.5. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não haja comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança do contrato a ser firmado.

## 30 - DO REALINHAMENTO DE PREÇOS:

30.1. Os preços poderão ser realinhados nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea D, da Lei Federal  $N^{o}$  8.666/93.

#### 31 - DO FORO:

- 31.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Mesquita/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 31.2. Quaisquer outras informações poderão ser obtidas pelos interessados, em dias úteis, no horário de 11h00min as 16h00min, junto à Comissão de Pregão, na Rua São Bento, nº 421, Centro, Braúnas-MG, ou pelo telefone (33) 3425-1155.

Braúnas/MG, 05 de maio de 2022.

Josué Carlos Santana Divisão de Compras, Licitações, Patrimônio e Serviços Gerais



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022 - PMB PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2022

#### 1. OBJETO:

1.1. O presente termo tem por objeto o registro de preços visando a eventual e futura aquisição parcelada de medicamentos éticos e manipulados, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Braúnas/MG, com recursos próprios, conforme especificações descritas no Anexo I, que faz parte integrante deste Edital.

## 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A aquisição de medicamentos faz-se necessária para atender as demandas junto a Secretaria Municipal de Saúde, proporcionando assim a continuidade e ampliação na prestação de serviços públicos essenciais no Município de Braúnas. Além disso, tem por finalidade atender os pacientes que fazem uso de medicamento de uso contínuo, por determinação médica, de acordo com as necessidades determinadas. O fornecimento de medicamentos é um direito garantido pela Constituição Federal e por leis específicas aos pacientes que são atendidos pela saúde pública, ou seja, pacientes que fazem tratamento pelo SUS – Sistema Único de Saúde.

Os medicamentos manipulados que constam neste Termo são necessários para tratamento de diversas patologias, podendo prevenir, curar doenças ou aliviar seus sintomas, as formas farmacêuticas pretendidas não são as padronizadas disponíveis no mercado, necessitando, portanto, de manipulação especializada. São medicamentos imprescindíveis à saúde dos pacientes e sua falta pode prejudicar o tratamento, a qualidade de vida, podendo agravar seu estado de saúde e, em última consequência, a credibilidade dos serviços farmacêuticos e do Sistema Único de Saúde.

# 3. AVALIAÇÃO DE CUSTO:

A pesquisa de preços foi realizada pela Secretaria Municipal de Saúde, junto a fornecedores, Internet e Tabela CEMED.

O valor total estimado é de R\$ 68.619,01 (sessenta e oito mil seiscentos e dezenove reais e um centavo).

#### 4. METODOLOGIA:

O critério de aceitação das propostas será do tipo **MENOR PREÇO** ofertado **PELO ITEM**, e, de acordo com a especificação do objeto acima relacionado.

## 5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A despesa decorrente desta licitação correrá pela dotação orçamentária do orçamento de vigente ou por outra dotação do mesmo programa para orçamento vindouro:

002.05.02.10.301.0014.2036.3.3.90.30.00 Ficha 156.

- 6. VALIDADE DA PROPOSTA: MÍNIMO DE 60 (SESSENTA) DIAS
- 7. DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO E DA LICITANTE VENCEDORA:

## 7.1. Caberá ao Município:



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



- 7.1.1. Permitir acesso dos empregados da licitante vencedora às dependências do Município para a entrega dos medicamentos;
- 7.1.2. Impedir que terceiros forneçam os medicamentos objeto do Contrato/Ata;
- 7.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da licitante vencedora;
- 7.1.4. Devolver os medicamentos que não apresentarem condições de serem usados;
- 7.1.5. Solicitar a troca dos medicamentos devolvidos mediante comunicação a ser feita pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 7.1.6. Solicitar, por intermédio de Autorização de Fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, o fornecimento dos medicamentos objeto do Contrato/Ata;
- 7.1.7. Comunicar à licitante vencedora, qualquer irregularidade no fornecimento dos medicamentos e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso;
- 7.1.8 Efetuar o pagamento conforme especificado neste instrumento;
- 7.1.9. Informar imediatamente qualquer anomalia detectada nos medicamentos

#### 7.2. Caberá à Licitante Vencedora:

- 7.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
- 7.2.2. Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do Município, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;
- 7.2.3. Responder pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento dos medicamentos não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Município;
- 7.2.4. Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a equipamentos de propriedade do Município, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento dos medicamentos;
- 7.2.5. Efetuar a entrega dos medicamentos objeto da Autorização de Fornecimento, de acordo com a necessidade e o interesse do Município, no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pelo Município.
- 7.2.6. Efetuar a troca dos medicamentos considerados sem condições de utilização, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contado do recebimento da comunicação expedida pelo Município;
- 7.2.7. Comunicar ao Município, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário
- 7.2.8. Realizar a manipulação dos medicamentos, rotulagem e embalagem em conformidade com o estabelecido na RDC 67/2007 e suas atualizações ou qualquer outra que vier substituí-las.
- 7.2.9. Os medicamentos que por ventura estiverem com embalagens danificadas ou quebradas, transportados fora da temperatura exigida serão rejeitados e deverão ser substituídos imediatamente.
- 7.2.10. A licitante vencedora responsabilizar-se-á integralmente, nos termos da legislação vigente, pelo



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



fornecimento parcelado dos medicamentos manipulados devendo:

- 7.2.11. Os rótulos deverão conter as informações conforme Legislações vigentes;
- 7.2.12. Responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive pelas condições de transporte, fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;
- 7.2.13. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais ou civis resultantes da execução do contrato; sem ônus para o Município;
- 7.2.14. Não será permitida, em hipótese alguma, a transferência das obrigações da licitante vencedora a outros;
- 7.2.15. Designar, por escrito, no ato do recebimento da autorização de serviço, preposto(s) que tenha(m) poder para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato;
- 7.2.16. Fica a licitante vencedora obrigada aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), como também a alterações do rol dos medicamentos, conforme determinação judicial; mediante prévia aprovação do Município dos valores ofertados.
- 7.2.17. Manter, durante toda a execução do contrato/ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação;
- 7.2.18. Comunicar ao Município sempre que ocorrerem quaisquer mudanças no Contrato Social da Empresa, após a assinatura do Contrato/Ata, devendo encaminhar, através de Ofício, cópia autenticada do instrumento de alteração, devidamente protocolado pelo órgão fiscalizador competente;
- 7.2.19. Comprovar a regularidade das obrigações previdenciárias durante todo o período de execução do Contrato da Lei Federal n.º 8.212/91.

#### 8. DO PAGAMENTO:

- 8.1. O faturamento será feito mediante a entrega dos medicamentos, após a apresentação e aceitação da nota fiscal pela Secretaria Municipal de Saúde e o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, transcorrido o prazo necessário para tramitação na Coordenadoria Contábil e Orçamentária.
- 8.2. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação de recolhimento dos encargos previdenciários (INSS e FGTS).
- 8.3. O Município reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os medicamentos entregues estiverem em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
- 8.4. O Município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Termo.
- 8.5. No caso de compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos, previsto no art. 40, Inciso XIV da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, será conforme cálculo contábil do setor de contabilidade do Município.
- 8.6. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

#### 9. DO PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega dos medicamentos será de até 10 (dez) dias após recebimento da Ordem de



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



Fornecimento.

# 10. PLANILHA DE MEDICAMENTOS - REFERÊNCIA:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MÉDIA UNITÁRIA	MÉDIA TOTAL
01	ADDERA D3 2.000UI. (CAIXA)	20	38,07	761,40
02	ARIPIPRA ZOL 20 MG/ML (FRASCO)	10	203,04	2030,40
03	BETAMETASONA CREME. BISNAGA DE 30 GRAMAS (CAIXA)	20	10,46	209,20
04	CARIZOPRODOL 100MG + ATENOLOL 25MG +TRAZODONA 25MG + TOPIRAMATO 50MG ( 60 CÁPSULA MEDICAMENTO MANIPULADO (FRASCO)	8	67,63	541,04
05	CELL CEPT 500mg (CAIXA)	30	1267,43	38022,90
06	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL - SOLUÇÃO ORAL 3,0 MG/ML - MEDICAMENTO MANIPULADO TRÊS FRASCOS POR VEZ PARA EVITAR VENCIMENTO FRASCO 100 ML	27	22,27	601,29
07	CONCERTA 18 MG (CAIXA)	20	191,96	3839,20
08	DAPAGLIFLOZINA + CLORIDRATO DE METFORMINA (10MG + 1000MG) CAIXA	10	159,93	1599,30
09	DERSANI LOCAO OLEOSA 200ML (EMBALAGEM)	50	77,72	3886,00
10	DIVALPROATO DE SÓDIO 500mg, ER- LIBERAÇÃO PROLONGADA CAIXA COM 60 COMPRIMIDOS	50	82,05	4102,50
11	DIVALPROATO DE SÓDIO SPRINKLE 125 MG, CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	60	28,09	1685,40
12	LEVETIRACETAM 100mg/ml (CAIXA)	20	101,11	2022,20
13	LEVETIRACETAM EMBALAGENS COM 30 COMPRIMIDOS REVESTIDOS 750 MG. (CAIXA)	20	182,86	3657,20
14	MANIDIPINO 10 MG (CAIXA)	12	82,41	988,92
15	PATANOL S (CAIXA)	10	47,61	476,10



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



16	POLIETILENOGLICOL SEM ADIÇÃO ELETROLITOS (PEG) 4.000 - 10 GRAMAS (CAIXA COM 30 SACHÊS)	18	67,27	1210,86
17	RIVAROXIBANA 15 MG (CAIXA)	10	74,32	743,20
18	RIVAROXIBANA 20 MG (CAIXA)	30	74,73	2241,90
	68.619,01			



PROPONENTE:

# PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua São Bento, nº 401 – Centro – CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 – tel (33) 3425-1155



# ANEXO II - MODELO PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (MODELO)

# PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022 - PMB - PROCESSO LICITATÓRIO 016/2022

# COMISSÃO DE PREGÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS - MG

**OBJETO:** Registro de preços visando a eventual e futura aquisição parcelada de medicamentos éticos e manipulados, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Braúnas/MG.

<b>FNDF</b>	REÇO:					Nº	
	(O:						
CEP: .		C.N.P.	J				
NOME	DO BANCO:						
AGÊN	CIA Nº CONTA CORREN	TE Nº					
NOME ENDE RG: ESTAI NACIC PROF	OSTO QUE FIRMARÁ CONTRATO I  REÇO:  DO CIVIL  DNALIDADE:  ISSÃO:  RMAR INSTRUMENTO QUE OUTO AL OU PROCURAÇÃO):	CPF:	DERES F	PARA FIRMA	AR CONTR	ATO (CC	
30017	AL OU FROCURAÇÃO)						••••
Item	Descrição do Produto	Und	Qtd	Marca	Nº Reg	Preço Unit.	Preço Total
Item	Descrição do Produto	Und	Qtd	Marca	Nº Reg		Preço Total
Item	Descrição do Produto	Und	Qtd	Marca	Nº Reg		Preço Total
Item	Descrição do Produto	Und	Qtd	Marca	N° Reg		Preço Total
Item	Descrição do Produto	Und	Qtd	Marca	N° Reg		Preço Total
Item	Descrição do Produto	Und	Qtd	Marca	N° Reg		Preço Total
Item	Descrição do Produto	Und	Qtd	Marca	N° Reg		Preço Total
	Descrição do Produto  Preço por Item	Und	Qtd	Marca	N° Reg		Preço Total
Menor			Qtd	Marca	Nº Reg		Preço Total
Menor	Preço por Item	nta) dias			Nº Reg		Preço Total
Menor Validad Nome	Preço por Item de da proposta: mínimo de 60 (sesse	nta) dias					Preço Total



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



# **ANEXO III**

# PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022 - PMB - PROCESSO LICITATÓRIO 016/2022 MODELO DE DECLARAÇÃO

A empre	sa					,	com se	de na ַ			,
inscrita	no	CNPJ	n°				,	por	sua	Representante	Legal,
			,	portadora da	a Carteira	de l	dentida	de n° _		,	expedida
pela			_, con	n CPF n°				, DECL	ARA que	e cumpre plenam	nente com
todos os	requis	sitos de ha	abilita	ção constan	tes da Cor	ndição	do edi	tal do <b>P</b> ı	regão N	° 011/2022.	
(	:_	J - \			-l -			_1	- 0000		
(nome a	a cidad	ie)			,ae _			d	e 2022.		
Assinatu	ıra e ca	arimbo			_						
(represe	ntante	legal da l	licitan	te)							



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



## **ANEXO IV**

# PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022 - PMB - PROCESSO LICITATÓRIO 016/2022

# MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

declara, sob as penas da lei, que até	a presente data, ine	esente data, inexistem fatos impeditivos para sua habili latoriedade de declarar ocorrências posteriores.				
(nome da cidade)	,de	de 2022.				
Assinatura e carimbo (representante legal da licitante)						



Rua São Bento, nº 401 – Centro – CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 – tel (33) 3425-1155



# **ANEXO V**

# PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022 - PMB - PROCESSO LICITATÓRIO 016/2022

# MODELO DE DECLARAÇÃO

Declaramos em atendimento ao previsto no edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022**, que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93.

Ressalva: emprega menor, a partir	de quatorze anos, na	condição de aprendiz ( ).
(Observação: em caso afirmativo, a	nssinalar a ressalva ad	eima).
(nome da cidade)	,de	de 2022.
,		
Assinatura e carimbo		
(representante legal da licitante)		



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



## **ANEXO VI**

# PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022 - PMB - PROCESSO LICITATÓRIO 016/2022

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI ENTRE SEUS SÓCIOS E NEM EM SEU QUADRO PESSOAL, FUNCIONÁRIOS COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS.

(Nome da empresa),		, CNPJ nº	
declara, sob as penas da lei, c	jue não possui entre seus s	sócios e nem em seu quadr	o de funcionários,
pessoas com qualquer vínculo e	mpregatício com o Município	de Braúnas.	
(nome da cidade)	,de	de 2022.	
	<del></del>		
Assinatura e carimbo			
(representante legal da licitante)			



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



# ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA <u>DE PEQUENO PORTE</u>

# PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022 - PMB - PROCESSO LICITATÓRIO 016/2022

# **DECLARAÇÃO**

A empresa				, inscrita	no C	CNPJ	sob	o nº
		édio de		represe	entante	leg	gal	Sr.(a)
	,	portador	do	Documento	o de	lder	ntidade	e nº
, inscrito no CPF	sob o nº _			DECLA	<b>RA</b> , sob	o as pe	enas c	da Lei,
que cumpre os requisitos legais para qu	ıalificação	como					(ind	cluir a
condição da empresa: Microempresa								
Complementar $N^{\circ}$ 123/2006 e que não	está sujeit	a a quaisqı	uer dos	impedimen	itos do	§ 4° 0	deste	artigo,
estando apta a usufruir do tratamento fav	orecido est	tabelecido n	nos arts.	42 a 49 da	citada l	lei.		
( ) Declaramos possuir restrição fisca	al no(s) doc	cumento(s)	de habil	itação e pre	etendem	nos util	lizar o	prazo
previsto no art. 43, § 1º da Lei Comp	lementar n	°. 123/06,	para re	gularização	, estan	do cie	nte qu	ue, do
contrário, decairá o direito à contratação	, estando s	sujeita às sa	anções <sub>l</sub>	previstas no	art. 81	l da Le	∍i Fede	eral nº
8.666/93.								
(Observação: em caso afirmativo, assina	lar a ressal	va acima).						
(nome da cidade)	de		,	de 2022				
(nome da cidade)	_,ue _			ue 2022.				
Assinatura e carimbo								
(representante legal da licitante)								



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



# ANEXO VIII - MODELO DE PROCURAÇÃO

# PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022 - PMB - PROCESSO LICITATÓRIO 016/2022

# **PROCURAÇÃO**

		,	com	sed	le	na
n°	MC	G, cadastrada	a no	CNPJ s	sob o	n°
, por	seu Representante	Legal			,	pelo
presente instrumento particular de Procura	ıção, nomeia e con	stitui seu bas	tante p	orocurador,	o(a) S	3r.(a)
, carteira de	ldentidade n° _					,
expedida pela						
poderes especiais e específicos para pres						
decisões, receber e dar quitação, renunciar	ao direito de recurso	, negociar pre	ços, for	rmular ofert	tas e la	nces
verbais, bem como praticar os atos necessár	rios aos legítimos int	eresses outorg	jante.			
Este instrumento é para fins de participação n° 011/2022, PROCESSO LICITATÓRIO Nº				_		ncial
(nome da cidade),	de	de 2022				
Assinatura e carimbo  (representante legal da licitante)						



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



#### <u>ANEXO IX – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO</u>

# PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022 - PMB - PROCESSO LICITATÓRIO 016/2022

O MUNICÍPIO DE BRAÚNAS, Estado de Minas Gerais, com endereço na Rua São Bento nº 401, Centro em
Braúnas/MG, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 18.307.389/0001-88,
representado pelo Prefeito Municipal, Senhor JOVANI DUARTE MENEZES, nos termos da Lei Federal nº
8.666/93 com suas alterações posteriores, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 031/2014, que
regulamenta o SRP, e demais disposições legais aplicáveis, resolve REGISTRAR OS PREÇOS
apresentados pela empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, situada na
, a seguir denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, neste ato
representada pelo, portador da Carteira de Identidade nº, CPF nº,
classificada em primeiro lugar no Processo Licitatório nº 016/2022, na modalidade Pregão Presencial nº
011/2022, do tipo menor preço unitário, nos termos das cláusulas e condições que seguem:

#### I - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços visando a eventual e futura aquisição parcelada de medicamentos éticos e manipulados, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Braúnas/MG, com recursos próprios, conforme o disposto no Termo de Referência - ANEXO I do edital de **Pregão Presencial nº 011/2022.** 

## II - DO GERENCIAMENTO E UTILIZAÇÃO DA ATA

- 2.1. O gerenciamento desta Ata caberá à Secretaria Municipal de Administração, por meio da Divisão de Compras, Licitações, Patrimônio e Serviços Gerais, que juntamente com o responsável ou pessoa indicada pela secretaria solicitante dos medicamentos que efetuará o recebimento e a conferência quanto a sua correta especificação.
- 2.2. A presente contratação será fiscalizada e gerenciada em especial pela secretaria que requisitou os medicamentos.
- 2.3. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, para solicitações do respectivo objeto, por todos os Órgãos da Administração direta e indireta do CONTRATANTE.

# III - DA AQUISIÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 3.1. As solicitações decorrentes do certame serão formalizadas pela entrega da Nota de Empenho/Ordem de Compra ou documento equivalente para a DETENTORA pelo CONTRATANTE através da Secretaria Municipal de Saúde
- 3.2. As despesas decorrentes das aquisições correrão por conta das dotações orçamentárias do presente exercício e do exercício seguintes sendo aquelas descritas nas Ordens de Compras.

## **IV - DOS PREÇOS**

- 4.1. Os preços a serem pagos à DETENTORA, serão conforme a classificação do Pregão Presencial que a antecedeu, sendo que serão os vigentes na data da "Requisição/Pedido", independentemente da data de entrega dos medicamentos.
- 4.2. Os preços referidos constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pela entrega dos medicamentos objeto desta Ata de Registro de Preços.
- 4.2.1. Os medicamentos com seus respectivos valores registrados são os seguintes:



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



ITEM	PRODUTO	UN	QTD	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

4.3. Os preços referidos constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo fornecimento dos medicamentos objeto desta Ata de Registro de Preços, incluindo deslocamento até os locais a serem designados pelo Contratante.

# V - REAJUSTES/REVISÕES DOS PREÇOS

- 5.1. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato de príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do Fornecedor Registrado e a retribuição do CONTRATANTE para ajusta remuneração dos serviços, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico/financeiro inicial da Ata de Registro de Preços.
- 5.2. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes, para mais ou menos, conforme o caso.
- 5.3. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo Fornecedor Registrado, este deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro da Ata, por meio de apresentação de planilha(s) detalhada(s) de custos nas quais constarão a situação anterior e a situação atual que eventualmente justificarão o reajuste da Ata de Registro de Preços, bem como documentação correlata (lista de preços, notas fiscais de aquisição e de serviços (se for o caso) que comprovem que o registro dos preços tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.
- 5.4. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela DETENTORA, está deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do Registro de Preços, sem prejuízo da Municipalidade.
- 5.5. Fica facultado ao CONTRATANTE, realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pelo Fornecedor Registrado.
- 5.6. A eventual autorização da revisão dos preços registrados será concedida após análise técnica e jurídica do CONTRATANTE, porém contemplará as entregas realizadas a partir da data do recebimento do pedido de reajuste.
- 5.7. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, o Fornecedor Registrado não poderá suspender o fornecimento, e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.
- 5.8. Após a autorização de reajuste pelo CONTRATANTE, será lavrado termo Aditivo/Apostilamento com os novos preços a serem praticados.

## VI - VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



6.1. O prazo de validade da ARP será de 01 (um) ano, a partir da data de sua assinatura.

#### VII - DA FORMA DE FORNECIMENTO E ENTREGA

- 7.1. O objeto desta Ata será entregue parceladamente, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, a DETENTORA, após o recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pela Prefeitura Municipal de Braúnas.
- 7.2. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não receber os medicamentos em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.
- 7.3. A DETENTORA é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os medicamentos em que se verifiquem irregularidades.

## VIII - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1. O faturamento será feito mediante a entrega dos medicamentos, após a apresentação e aceitação da nota fiscal pela Secretaria Municipal de Saúde e o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, transcorrido o prazo necessário para tramitação na Coordenadoria Contábil e Orçamentária.
- 8.2. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação de recolhimento dos encargos previdenciários (INSS e FGTS).
- 8.3. O CONTRTANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os medicamentos entregues estiverem em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
- 8.4. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela DETENTORA, nos termos desta Ata.
- 8.5. No caso de compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos, previsto no art. 40, Inciso XIV da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, será conforme cálculo contábil do setor de contabilidade do CONTRATANTE.
- 8.6. Nenhum pagamento será efetuado à DETENTORA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

# IX - OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

- 9.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale-refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
- 9.2. Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;
- 9.3. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento dos medicamentos não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- 9.4. Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a equipamentos de propriedade do CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento dos medicamentos;



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



- 9.5. Efetuar a entrega dos medicamentos objeto da Autorização de Fornecimento, de acordo com a necessidade e o interesse do CONTRATANTE, no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pelo CONTRATANTE.
- 9.6. Efetuar a troca dos medicamentos considerados sem condições de utilização, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contado do recebimento da comunicação expedida pelo CONTRATANTE;
- 9.7. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário
- 9.8. Realizar a manipulação dos medicamentos, rotulagem e embalagem em conformidade com o estabelecido na RDC 67/2007 e suas atualizações ou gualquer outra que vier substituí-las.
- 9.9. Os medicamentos que por ventura estiverem com embalagens danificadas ou quebradas, transportados fora da temperatura exigida serão rejeitados e deverão ser substituídos imediatamente.
- 9.10. A DETENTORA responsabilizar-se-á integralmente, nos termos da legislação vigente, pelo fornecimento parcelado dos medicamentos manipulados;
- 9.11. Os rótulos deverão conter as informações conforme Legislações vigentes;
- 9.12. Responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive pelas condições de transporte, fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;
- 9.13. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais ou civis resultantes da execução do contrato; sem ônus para o CONTRATANTE;
- 9.14. Não será permitida, em hipótese alguma, a transferência das obrigações da DETENTORA a outros;
- 9.15. Designar, por escrito, no ato do recebimento da autorização de serviço, preposto(s) que tenha(m) poder para resolução de possíveis ocorrências durante a execução da Ata;
- 9.16. Fica a DETENTORA obrigada aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), como também a alterações do rol dos medicamentos, conforme determinação judicial; mediante prévia aprovação do CONTRATANTE dos valores ofertados.
- 9.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação;
- 9.18. Comunicar ao CONTRATANTE sempre que ocorrerem quaisquer mudanças no Contrato Social da Empresa, após a assinatura da Ata, devendo encaminhar, através de Ofício, cópia autenticada do instrumento de alteração, devidamente protocolado pelo órgão fiscalizador competente;
- 9.19. Comprovar a regularidade das obrigações previdenciárias durante todo o período de execução do Contrato da Lei Federal n.º 8.212/91.

## X - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 10.1. Permitir acesso dos empregados da DETENTORA às dependências do CONTRATANTE para a entrega dos medicamentos;
- 10.2. Impedir que terceiros forneçam os medicamentos objeto da Ata;
- 10.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da DETENTORA;



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



- 10.4. Devolver os medicamentos que não apresentarem condições de serem usados;
- 10.5. Solicitar a troca dos medicamentos devolvidos mediante comunicação a ser feita pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 10.6. Solicitar, por intermédio de Autorização de Fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, o fornecimento dos medicamentos objeto da Ata;
- 10.7. Comunicar à DETENTORA, qualquer irregularidade no fornecimento dos medicamentos e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso;
- 10.8. Efetuar o pagamento conforme especificado neste instrumento;
- 10.9. Informar imediatamente qualquer anomalia detectada nos medicamentos

#### XI - SANÇÕES

- 11.1. O não cumprimento das condições e prazos estipulados neste instrumento, por motivo não justificado, sujeitará a DETENTORA, às sanções previstas na Lei Federal nº 8666/93, artigos 81, 86, 87 e 88, além de multas nos seguintes termos:
- 11.1.1. É competente para aplicar as sanções de advertência e multa a Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
- 11.1.2. A aplicação da penalidade de inidoneidade é de competência da Secretaria Municipal de Administração, facultada a defesa da DETENTORA no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista;
- 11.2. No caso de não atendimentos ao objeto contratado, prevalecerão as seguintes multas:
- 11.2.1. multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente;
- 11.2.2. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata, no caso de inexecução total, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial.
- 11.3. As multas serão automaticamente descontáveis dos créditos que a empresa tenha junto ao Contratante, devendo ser aplicadas por representação da Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, facultada a defesa da DETENTORA no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias da abertura de vista;

## XII - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1. Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, apresente Ata de Registro de Preços será cancelada, garantidos, às suas detentoras, o contraditório e a ampla defesa quando:
- 12.1.1. A DETENTORA não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços e da legislação, notadamente nas hipóteses de inexecução total ou parcial ou rescisão dos ajustes dela decorrentes;
- 12.1.2. A DETENTORA não formalizar o Termo de Contrato, quando cabível, decorrente da Ata de Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- 12.1.3. A DETENTORA não aceitar reduzir os seus preços registrados na hipótese de tornarem-se superiores aos praticados no mercado;



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



- 12.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificado pelo CONTRATANTE.
- 12.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita pessoalmente ou por outro tipo de aviso.
- 12.2.1. Nos casos de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da DETENTORA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios da AMM, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
- 12.3. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada nas hipóteses previstas para a rescisão dos contratos em geral.

## XIII - AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA ATA E EMISSÃO DO EMPENHO

- 13.1. Caberá à Secretaria Municipal de Administração, por meio da Divisão de Compras, Licitações, Patrimônio e Serviços Gerais, o gerenciamento, a administração e o controle do Sistema de Registro de Preços devendo proceder conforme Decreto Municipal N° 031/2014 (que regulamenta o SRP).
- 13.2. A contratação e a emissão de empenho serão autorizadas, caso a caso, pelo titular da Pasta à qual pertencer a Setor Requisitante, ou pela autoridade por ele delegada, ficando o setor responsável pelo cumprimento das disposições da presente Ata de RP, bem assim da estrita observância das normas aplicáveis à matéria.
- 13.3. O cancelamento total ou parcial do empenho obedecerá à mesma regra.

# XIV - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, devidamente justificada, sendo assegurada ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.
- 14.2. A DETENTORA da Ata de Registro de Preços deverá comunicar a Divisão de Compras e Licitações, Patrimônio e Serviços Gerais, toda e qualquer alteração dos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que a precedeu.
- 14.3. Fica a DETENTORA ciente que a assinatura desta Ata implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços.
- 14.4. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto N° 031/2014 (que regulamenta o Sistema de Registro de Preços em âmbito municipal), Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente aos casos omissos.
- 14.5 Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais, o **Edital de Licitação nº 011/2022,** seus Anexos e a Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial.

#### XV - DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Mesquita/MG, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



	im acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em juntamente com 02 (duas) testemunhas.	02
Braúnas/MG, em de	de 2022.	
	JOVANI DUARTE MENEZES Prefeito Municipal	
	CONTRATADA/DETENTORA Representante legal	
Divisão d	JOSUÉ CARLOS SANTANA Compras e Licitações, Patrimônio e Serviços Gerais	
Visto Jurídico:		
Hamilton Antônio de Araújo Procurador Geral		
Testemunhas:		
1	2	
Nome: CPF:	Nome: CPF:	



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



#### **ANEXO X**

#### **MINUTA DO CONTRATO**

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022 - PMB - PROCESSO LICITATÓRIO 016/2022

O MUNICIPIO DE BR	R <i>AUNAS</i> , com sede na	⊢Rua São Bento	⊢Nº 401, Cent	ro em Braúnas-MG	, inscrito no
Cadastro Nacional de	Pessoa Jurídica - CN	PJ sob o Nº 18.	.307.389/0001-	88, representado p	elo Prefeito
Municipal, Senhor JO	VANI DUARTE MENE	<b>ZES</b> , doravante	denominado (	CONTRATANTE, e	a empresa
	, inscr	ita no Cadastro	Nacional de	Pessoa Jurídica	sob o Nº
,	com sede na Rua	, N°	, em	repres	entada pelo
Senhor	, doravante der	nominada CONT	RATADA, co	m fundamento no	Edital de
Licitações (PREGÃO	PRESENCIAL Nº 011	/2022, PROCES	SO LICITATÓ	RIO Nº 016/2022),	celebram o
presente contrato med	liante às cláusulas e co	ndições seguinte:	s:		

## **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1. O presente Contrato tem como objeto a aquisição parcelada de medicamentos éticos e manipulados, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Braúnas/MG, com recursos próprios, conforme relacionados no Anexo I, parte integrante deste Contrato, nos termos do **Edital do PRESÃO PRESENCIAL Nº 011/2022 - PMB**, a que corresponde este pacto.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

# CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022 - PMB**, realizado com fundamento na Lei Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e na Lei Nº 8.666/93.

## CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei Nº 8.666/93 combinado com o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

# CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5. O prazo de vigência deste Contrato será até 31 de dezembro de 2022 a contar da assinatura do contrato, podendo ser alterado, prorrogado e aditado nos termos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, desde que satisfeitas as exigências legais, regulamentares e previamente justificadas.

## CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

## 6.1. Caberá ao CONTRATANTE:

- 6.1.1. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE para a entrega dos medicamentos;
- 6.1.2. Impedir que terceiros forneçam os medicamentos objeto deste contrato;



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



- 6.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- 6.1.4. Devolver os medicamentos que não apresentarem condições de serem usados;
- 6.1.5. Solicitar a troca dos medicamentos devolvidos mediante comunicação a ser feita pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 6.1.6. Solicitar, por intermédio de Autorização de Fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, o fornecimento dos medicamentos objeto deste contrato;
- 6.1.7. Comunicar à CONTRATADA, qualquer irregularidade no fornecimento dos medicamentos e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso;
- 6.1.8. Efetuar o pagamento conforme especificado neste instrumento;
- 6.1.9. Informar imediatamente qualquer anomalia detectada nos medicamentos

#### 6.2. Caberá à CONTRATADA:

- 6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
- 6.2.2. Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;
- 6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento dos medicamentos não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- 6.2.4. Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a equipamentos de propriedade do CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento dos medicamentos:
- 6.2.5. Efetuar a entrega dos medicamentos objeto da Autorização de Fornecimento, de acordo com a necessidade e o interesse do CONTRATANTE, no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pelo CONTRATANTE.
- 6.2.6. Efetuar a troca dos medicamentos considerados sem condições de utilização, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contado do recebimento da comunicação expedida pelo CONTRATANTE;
- 6.2.7. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário
- 6.2.8. Realizar a manipulação dos medicamentos, rotulagem e embalagem em conformidade com o estabelecido na RDC 67/2007 e suas atualizações ou qualquer outra que vier substituí-las.
- 6.2.9. Os medicamentos que por ventura estiverem com embalagens danificadas ou quebradas, transportados fora da temperatura exigida serão rejeitados e deverão ser substituídos imediatamente.
- 6.2.10. A CONTRATADA responsabilizar-se-á integralmente, nos termos da legislação vigente, pelo fornecimento parcelado dos medicamentos manipulados;
- 6.2.11. Os rótulos deverão conter as informações conforme Legislações vigentes;
- 6.2.12. Responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive pelas condições de



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



transporte, fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;

- 6.2.13. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais ou civis resultantes da execução do contrato; sem ônus para o CONTRATANTE;
- 6.2.14. Não será permitida, em hipótese alguma, a transferência das obrigações da CONTRATADA a outros;
- 6.2.15. Designar, por escrito, no ato do recebimento da autorização de serviço, preposto(s) que tenha(m) poder para resolução de possíveis ocorrências durante a execução da Ata;
- 6.2.16. Fica a CONTRATADA obrigada aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), como também a alterações do rol dos medicamentos, conforme determinação judicial; mediante prévia aprovação do CONTRATANTE dos valores ofertados.
- 6.2.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação;
- 6.2.18. Comunicar ao CONTRATANTE sempre que ocorrerem quaisquer mudanças no Contrato Social da Empresa, após a assinatura da Ata, devendo encaminhar, através de Ofício, cópia autenticada do instrumento de alteração, devidamente protocolado pelo órgão fiscalizador competente;
- 6.2.19. Comprovar a regularidade das obrigações previdenciárias durante todo o período de execução do Contrato da Lei Federal n.º 8.212/91.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

- 7.1. À CONTRATADA caberá, ainda:
- 7.1.1. assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- 7.1.2. assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos medicamentos ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
- 7.1.3. assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento dos medicamentos originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- 7.1.4. assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Contrato.
- 7.2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o CONTRATANTE.

## CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

- 8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
- 8.1. é expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste Contrato;
- 8.2. é expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



prévia autorização do CONTRATANTE.

## CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 9.1. Os fornecimentos dos medicamentos serão acompanhados e fiscalizados pela Secretaria Municipal de Saúde, na condição de representante do CONTRATANTE, permitida a contratação de terceiros para assistila e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.
- 9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA ATESTAÇÃO

10. A atestação das faturas correspondentes ao fornecimento dos medicamentos caberá à Secretaria Municipal de Saúde, ou a outro servidor designado para esse fim.

# CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11. A despesa decorrente desta licitação correrá pela **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** do orçamento de vigente ou por outra dotação do mesmo programa para orçamento vindouro:

002.05.02.10.301.0014.2036.3.3.90.30.00 Ficha 156.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

- 12.1. O faturamento será feito mediante a entrega dos medicamentos, após a apresentação e aceitação da nota fiscal pela Secretaria Municipal de Saúde e o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, transcorrido o prazo necessário para tramitação na Coordenadoria Contábil e Orçamentária.
- 12.2. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação de recolhimento dos encargos previdenciários (INSS e FGTS).
- 12.3. O CONTRTANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os medicamentos entregues estiverem em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
- 12.4. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.
- 12.5. No caso de compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos, previsto no art. 40, Inciso XIV da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, será conforme cálculo contábil do setor de contabilidade do CONTRATANTE.
- 12.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

14.1. No interesse do CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei Nº 8.666/93.



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



- 14.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor contratado.
- 14.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebradas entre as partes.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES

- 15.1. O descumprimento de prazo, de condição ou de qualquer cláusula contratual implicarão nas sanções previstas nos artigos 81 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, com observância do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.
- 15.2. Durante a execução do contrato, além das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade, aplicar-se-ão as sanções de advertência e multa, sendo as multas nos seguintes percentuais:
- 15.1.1. advertência;
- 15.1.2. multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente:
- 15.1.3. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial.
- 15.2. Ficará impedida de licitar e de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 02 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a CONTRATADA que:
- 15.2.1. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- 15.2.2. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- 15.2.3. comportar-se de modo inidôneo;
- 15.2.4. fizer declaração falsa;
- 15.2.5. cometer fraude fiscal;
- 15.2.6. falhar ou fraudar na execução do Contrato.
- 15.3. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas neste Contrato:
- 15.3.1.por não manter-se em situação regular no decorrer deste Contrato.
- 15.3.2.pela recusa injustificada em assinar o contrato;
- 15.3.3. pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste Contrato.
- 15.4. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas na Lei Nº 8.666/93.
- 15.5. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificados e aceito pelo CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no item 15.3, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.



Rua São Bento, nº 401 - Centro - CEP 35.189-000 CNPJ nº 18.307.389/0001-88 - tel (33) 3425-1155



15.6. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com o CONTRATANTE, poderá ser aplicado à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO:

- 16.1. Este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80, da mesma lei.
- 16.2. Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à CONTRATADA, esta entregará a documentação correspondente aos serviços executados que, se aceitos pela Fiscalização, serão pagos pelo CONTRATANTE, deduzidos os débitos existentes.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA:

17. Este Contrato fica vinculado aos termos do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022 - PMB** e da proposta da CONTRATADA.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

18. Os preços poderão ser realinhados nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea D, da Lei Federal Nº 8.666/93.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS ANEXOS

- 19.1. Constituem Anexos do presente Contrato:
- 19.1.1. as especificações constantes do Anexo I do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022 PMB;
- 19.1.2. a Proposta de Preços apresentadas pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

**TESTEMUNHAS: 1-**

CPF N°:

20. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca Mesquita/MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CPF Nº: